



**PLURAL E SINGULAR: DA NARRATIVA SOBRE  
NARRATIVA À HISTÓRIA DIGITAL**

**PLURAL AND SINGULAR: FROM NARRATIVE ABOUT  
NARRATIVE TO DIGITAL HISTORY**

**Ivan Luís Lima Cavalcanti\***  
**Universidade Federal da Paraíba – UFPB**  
[ivangibb@gmail.com](mailto:ivangibb@gmail.com)

A ideia de que a essência teórica de um livro curto fica devendo a um longo tempo é retrógrada e mais uma vez é negada no livro **A História ou Leitura do Tempo**,<sup>1</sup> de Roger Chartier. Nesse pequeno texto ele nos apresenta várias discussões teóricas (algumas de forma resumida) que fazem parte de boa parcela de sua produção textual na academia. Citado como autor de história cultural, e na maioria das vezes se colocando como um, Roger logo na ‘nota prévia’ do livro nos apresenta um pouco de sua postura diante e a favor da história cultural e a necessidade dessa em superar os limites dos conceitos de história das Mentalidades e da História quantitativa, baseada nos métodos estatísticos na história econômica. Alega a importância do estudo das representações e essas servem como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo. Ainda nessa nota, que de certa forma ganha um teor introdutório da obra, o autor discute sobre a nova mudança da forma da escrita, dos enunciados e da própria história em relação à cultura digital. Nos encaminha, rapidamente, para as reorganizações das práticas culturais a medida que a comunicação oral passou para a escrita, a escrita se difundiu e utilizou a

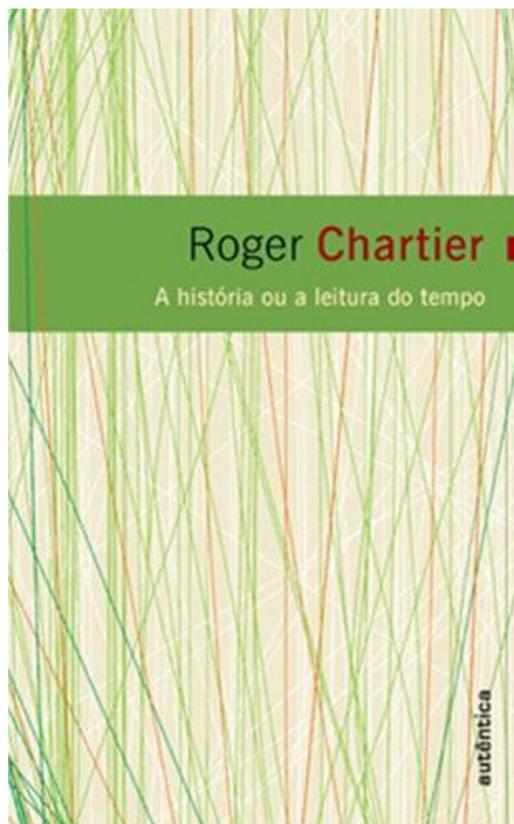
---

\* Mestrando/Programa Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [ivangibb@hotmail.com](mailto:ivangibb@hotmail.com)

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. **A História ou Leitura do Tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

imagem e nesse sentido até a era atual de informação e reprodução de textos. O primeiro dos sete capítulos em que o livro está dividido recebe o título de “A história entre o relato e o conhecimento”. Nessa primeira parte do texto, Chartier cita três autores que são perspicazes em suas definições sobre a narrativa histórica e acabam sendo responsáveis por desmembrar a ideia cristalizada de que a história escrevia/narrava as coisas realmente como aconteceram, se livrando ou esquecendo-se da parcialidade do historiador que a produziu. Hayden White (**Meta-história**), Paul Veyne (**Como se escreve a história**) e Michel de Certeau (**A Escrita da História**) são os autores citados, sendo o último, ao longo do livro, o mais citado dos três a partir de sua concepção de que o discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro, mas sob forma de narração.

Ainda nessa parte do livro percebe-se que a história foi reaberta e inclusive criticada (a partir dessa abertura, inclusive por Hayden White que alega que a história é uma forma de criar ficção) por ser percebida como narrativa de uma narrativa, ou seja, um autor acaba se baseando em fontes e, via de regra, em outros autores que também se basearam nos mesmos referenciais. Observando essa série de narrativas surgem várias críticas que tentam apontar as falhas no caminho científico do conhecimento histórico alegando que ele acaba sendo narrativo e ficcional sem crivos substancialmente científicos. Acerca dessas críticas, Chartier, utilizando também do argumento de Ginzburg que o conhecimento é possível a partir de provas e controles<sup>2</sup> reafirma vigorosamente a capacidade de saber científico da disciplina, apoiada em suas técnicas e operações específicas. Para o segundo, desde o Renascimento a história soube elaborar técnicas que permitem separar o falso do verdadeiro. A narrativa histórica, portanto, por possuir provas e controles próprios, pode ser considerada como possível, produtora de conhecimento



<sup>2</sup> GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

‘verdadeiro’. Nessa perspectiva, Certeau<sup>3</sup> nos sugere que “a historiografia” traz em si o próprio nome do paradoxo (escritura e história) entre real e discurso, mas corroborando com as intenções dos autores citados afirma que a pesquisa histórica extrai a partir da citação e das fontes uma verossimilhança do relato e uma validade do saber, produzindo credibilidade. Para este autor ainda, a história é um discurso que produz enunciados científicos.

Na segunda parte do texto, o autor francês trata acerca da instituição histórica, classificada por ele como “os efeitos na prática dos historiadores do lugar social onde exerce sua atividade”. A escrita da história ao longo do tempo é uma das discussões trazidas para esse momento de reflexão no texto. São apresentadas duas formas de historiografias distintas estabelecidas entre os séculos XVI e o XVIII; a história dos príncipes, onde prevalece uma narração heroica com história de reis e nações, nessa análise o que não é representado no relato pelo narrador, o é enquanto efeito do relato durante a leitura pelo narratário; e a história dos eruditos, apoiada em dados, fontes documentais, estatísticas e que, apesar de muitas vezes se opor à dos príncipes, acaba tendo cruzamentos e convergências com a mesma. Essa amostra de pesquisa histórica objetiva nos indica que a ‘instituição’ se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não são. A análise dos estudos históricos permite observar que são inseparáveis da produção histórica de uma época e dos relatos científicos as condições políticas e sociais de sua possibilidade temporal (momento histórico).

Trazendo a discussão teórica Memória/História, o texto, a partir da perspectiva de Paul Ricoeur em seu livro **A memória, a história e o esquecimento**, dispõe as diferenças entre esses dois termos salientando a linha tênue entre os dois e a que os cruza. A primeira grande diferença seria o testemunho do documento, salientando na primeira a confiança que deve se dar ao depoimento (portanto carregando certa parcialidade) e no segundo a natureza indiciária do documento (aparentemente distante do discurso direto e parcial). Ainda para Ricoeur, uma fundamental diferença reside no fato de que à imediata fidelidade de verdade da memória opõe-se a intenção de verdade da história, baseada no processamento dos documentos. Apesar da aparência objetiva, ele nos admite que entre o passado representado e as formas discursivas é necessário um formato de representação

---

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel de. **L’écriture de l’Histoire**. Paris: Gallimard, 1975, p. 5.

que deve ser construído na narrativa, este, portanto, deve possuir três fases: o estabelecimento da prova documental, a construção da explicação e a colocação em forma literária (narrativa). Portanto, alega que o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais. A memória é necessária à construção do ser coletivo e indica vários dos caminhos de pesquisas históricas.<sup>4</sup>

Ainda nesse capítulo, Chartier discute acerca da relação da história com a ficção, que em alguns incipientes momentos de discussão teórica parece diferenciar-se facilmente com as seguintes percepções: a ficção é um discurso que informa do real, mas que não pretende representá-lo, nem abonar-se nele, enquanto que a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é. Essa discussão se torna mais interessante quando, no próprio texto, é apresentado, por exemplo, a questão da literatura e algumas obras de romances terem moldado mais poderosamente algumas representações coletivas do passado do que as próprias obras e pesquisas de historiadores.

A discussão com a literatura é longa e bastante complexa devido ao fato de, entre outras coisas, as duas serem formas narrativas. A literatura procura produzir o efeito de real, e, ao longo do tempo, passou inclusive a forjar mecanismos semelhantes aos dos historiadores para corroborar a impressão de realidade, como apresentação de documentos, citações e imagens (coisas que eram e são apresentadas pelo historiador como diferencial em sua pesquisa). É a partir do, mais uma vez, referencial de Certeau que o autor propõe que o “ter-se estado-aí” é o fiador da verdade histórica, e que as técnicas de prova da própria história através da operação historiográfica quando submetem as construções interpretativas a análises de eventos ou documentos, são devidamente criticadas como objetivo validado ou negado.

No quarto e quinto capítulos do livro são apresentadas duas importantes questões que fazem parte do estudo de Roger Chartier há um bom tempo: 1 – A discussão acerca do conceito de História cultural, conseqüentemente de cultura e as relações

---

<sup>4</sup> Essa observação nos remete ao filme **Narradores de Javé**, uma produção brasileira dirigida por Eliane Café. Esse filme narra a história de um povoado que está prestes a ser inundado por uma represa e como única condição para que isso não aconteça os moradores precisam justificar a importância histórica do lugar. O Povoado, Javé, tem praticamente todos os moradores analfabetos e quase ou nenhum registro documental ou escrito de sua terra. A partir disso, o único ‘letrado’ da cidade, Antônio Biá, passa a ouvir todos os moradores acerca do que eles sabem sobre o local onde sempre moraram, no intuito de ‘escrever a história de Javé’. A relação da memória como fio condutor pode ser percebida nesse filme, pois apesar de cada um contar a história da sua forma priorizando o que acha mais importante e cabível, observamos em praticamente todas elas algo em comum, algo que une os moradores daquele lugar: por exemplo, o fato de todos reconhecerem o nome do fundador do povoado.

Leitor/Leitura/Obra dentro da história; 2 – As relações de cultura popular X erudita e as relações de produção cultural, limitadas (ou ilimitadas) pelas teias de poderes sociais. Nessa segunda discussão notamos muito da perspectiva de Michel de Certeau e sua “invenção sobre o cotidiano”.<sup>5</sup>

Os conceitos de cultura que percebemos dentro da obra seguem duas famílias de significados: uma que se associa mais diretamente à arte, obras e gestos sociais, e outra que é mais ligada às questões de práticas comuns, das relações do indivíduo com o mundo (cotidiana). É papel do historiador realizar o cruzamento dessas linhas dentro desse conceito. Lembra-se que ambos os conceitos trabalhados se aproximam daquele elaborado pela antropologia e particularmente por Geertz (1973).<sup>6</sup> A partir da localização temporal e de vários aspectos da cultura de um determinado lugar, analisa-se, no texto, as relações Leitor/Leitura/Obra. Percebemos como, por exemplo, os leitores ou espectadores em determinado momento histórico dão sentido aos textos ou às imagens. Essas representações diferem-se bastante, mesmo acontecendo no mesmo período histórico, dentro dos grupos sociais. Passa a ser um grande mérito da nova história (ou se preferir dizer da História Cultural) observar a grande multiplicidade de sentido dada muitas vezes a uma única obra. Em torno dessa envolve-se desde a tradução com as parcialidades e/ou vivências subjetivas do tradutor, o projeto gráfico, o que e por que se fez naquele tamanho ou aquela capa para aquele livro, as ações de destruição, as grafias, as pontuações.

Além das questões materiais do livro/obra, uma importante análise deve levar em consideração as relações sociais envoltas do leitor quando este tem acesso àquele. Uma obra é entendida levando em conta as limitações de imaginação, vivência, financeiras, entendimento e até de objetivo de cada leitor. O ideal, segundo Certeau (1994), seria termos acesso à forma mais genuína de produção, mas mesmo assim a ‘brecha’ dos significados ainda não cessaria. Notemos então que o mais plausível para o historiador não é resolver essa questão, e sim identificar a maneira como ela se constrói em cada momento histórico.

Quanto às questões relacionadas ao conflito entre cultura popular x cultura dominante/erudita, os debates não são menos densos do que a própria discussão que permeia esse ponto. Porém, cabe lembrar além das ideias no livro mencionadas por

---

<sup>5</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer, Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>6</sup> GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

Chartier. Ele nos insinua que existe uma norma entre a norma e o vivido, as normas e a conduta e mesmo quando a cultura popular se fortalece, pois consegue preservar algo de sua coerência simbólica. Mas lembra-se a ideia de *circularidade social* proposta por Bakhtin em sua obra **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento** que naturalmente se adequa ao que aparentemente propõe esse trecho do livro do francês. Na continuação do texto nos é apresentado mais uma ampla explicação acerca das representações e de como essas são formadas ao longo dos tempos históricos, dentro dos grupos sociais e das condições que fazem aquelas existirem de tal maneira. As representações não são verdadeiras ou falsas, sem simples imagens; são produtos externos, com energias próprias.

Nas três últimas partes do texto são lembradas algumas discussões historiográficas que vêm sendo alvos de discussões ricas e complexas no ambiente acadêmico: Micro-história, História na Era Digital e os tempos da História.

Sobre Micro-história, podemos observar que a partir da sua relação com a globalidade as críticas acerca dessa forma de microanálise aumentam alegando sempre que essas se distanciam cada vez mais da estrutura ampla, macro; alegam os críticos acerca do descuido com o horizonte distante. Mas de maneira acertada, Chartier propõe a seguinte retórica a esses críticos: como conciliar o percurso dos espaços e das culturas com as exigências que regem o conhecimento histórico desde o século XIX, no mínimo, e que supõem a análise das fontes primárias, o domínio das línguas em que estão escritas e o conhecimento profundo do contexto no qual se situa todo o fenômeno histórico em particular? Essa pergunta encurrala os críticos a respostas que podem ser limitadas e desencontradas como, por exemplo, limitar a área de atuação de pesquisa do historiador em questões linguistas, geográficas e às vezes culturais. Ainda defendendo que a Micro-História possui uma grande contribuição, Ricoeur afirma que em cada escala se vê coisas que não se vê da outra escala, e cada escada tem sua própria regra.<sup>7</sup> Os caminhos da história puderam ser esticados, ampliados pelo novo horizonte proposto pela Micro-História, que tem como grandes representantes Ginzburg, Levi e Contreras.

Discutindo sobre as questões do tempo histórico e acerca da longa duração Braudelina,<sup>8</sup> o livro apresenta ideias também de Bordieu (autor responsável por relevantes

---

<sup>7</sup> RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2010.

<sup>8</sup> Para Braudel, o tempo curto representava o tempo dos eventos. Fala do evento como algo explosivo, que enche a consciência das pessoas, mas não dura, em contraposição aos filósofos, que, baseados em

produções acadêmicas acerca das propriedades sociais e simbólicas)<sup>9</sup> em relação ao tempo quando afirma que este é uma das propriedades sociais mais desigualmente distribuídas. Isso nos remete, inclusive, a setores sociais da sociedade nacional se pensarmos nas questões temporais: imaginemos por exemplo, o tempo de uma pessoa que vive no sertão e que para ir para a escola precisa pegar uma com duas horas de ida e volta a sua casa. Se seu pai trabalha cultivando animais, entre outras coisas, essa família tem um tempo. Ao compararmos com uma típica família urbana do Recife ou de São Paulo, onde as pessoas precisam correr para o trabalho, ir a shoppings, comer *fast-food* e constantemente correm contra o relógio, notamos tempos bem distintos. Pensemos ainda de maneira mais social: Na mesma cidade duas famílias com filhos podem ter tempos distintos, basta supormos que os pais de uma moram na periferia e possuem uma pesada carga de trabalho de 8 horas diárias recebendo um salário mínimo cada, enquanto na outra os pais são latifundiários que passam boa parte da vida em casa ou viajando a lazer com seus filhos, apenas recebendo os lucros de suas terras. Sobre essas diversas temporalidades Bordieu afirma que são o produto de construções sociais que asseguram o poder de uns e levam os outros à desesperança.

A parte reservada a terminar essa resenha é talvez aquela que nota-se a mais desperte atenção àqueles que pensam que a era digital traz problemáticas para a disciplina histórica, bem como para o consumo dos livros materiais. De maneira consciente, Chartier nos apresenta que a era digital traz grandes desafios ao historiador, visto que todos os seus grandes trunfos que pareciam limitados apenas a ele que realizou a pesquisa, como notas e citações, podem ser confrontadas pelo leitor. Facilmente, na atual era digital, o

---

uma série de significações, atribuem ao evento um tempo muito maior do que sua verdadeira duração. Falam do evento sendo apenas uma parte que se anexa, se liga – ou não – a toda uma série de acontecimentos. Para o historiador, o evento significa o tempo curto, afirmando que tal tempo existe em vários âmbitos: social, econômico, religioso, geográfico, entre outros. Foi esta a principal característica da história politicado século XIX, que foi criticada não só pela primeira geração dos Annales, mas também por Braudel na segunda geração. Ele enfatiza assim a passagem do foco da produção da história política para a produção da história econômica e social, permitindo estas últimas, conforme sua visão, uma análise muito mais ampla do que a primeira. Temos a forma de abordagem histórica recitativa estrutural. Assim chegamos ao Tempo Lento (longa duração): Passa assim à análise da mudança pelo tempo lento no econômico e social, dando grande ênfase ao aspecto da quantificação. Tal aspecto ajudará na elaboração de análises de temporalidades dentro da própria história econômica, buscando aplicação social, como, por exemplo, preços que sobem em um determinado período e que baixam em outro. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II** e **A Civilização Material** (ambas publicadas em português) são duas obras fundamentais para se entender tais conceitos de Braudel.

<sup>9</sup> Obras importantes para a compreensão da Obra de Bordieu: **O Poder Simbólico**, Economia **das trocas simbólicas** e **A distinção**. (todas publicadas no Brasil)

leitor tem o poder de ir direto às fontes para verificar sua veracidade, podendo refazer muitas vezes todo o caminho elaborado pelo pesquisador e a partir daí criar-se uma discordância. Esse leque ampliado de consultas e acesso ao qual o leitor tem, torna cada vez mais produtivo, amplo e complexo o debate em torno das discussões históricas. Justamente por ser um estudioso da história do leitor, do livro e da leitura, o autor ainda discute sobre a atual situação dos lançamentos dos livros digitais e coloca em questão que esses não são necessariamente vilões que venham a extinguir os livros propriamente ditos, materiais.

Esse pequeno livro de Roger Chartier é um livro que nos traz importantes debates sobre o que se estuda na academia e nos ambientes historiográficos de maneira bastante lúcida e acaba sendo um pouco de uma deposição de vários trechos das muitas obras produzidas pelo próprio autor. Da pluralidade dos tempos à singularidade dos indivíduos, das discussões da narrativa sobre a narrativa e da cultura popular à Micro-História, essa obra é uma contribuição bastante pertinente ao momento historiográfico atual.



**RESENHA RECEBIDA EM 12/04/2014. PARECER DADO EM 15/07/2014**

[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)